

PREFEITURA
MUNICIPAL

CARTILHA DA LEI ANTICORRUPÇÃO



**PREFEITURA DE
CANOAS**
CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

É preciso conhecer para poder colaborar. Por isso, a Controladoria-Geral do Município divulga a você, servidor, empresário, cidadão e cidadã, o texto da Lei Municipal 5.893/2014 - a Lei Anticorrupção - que trata da responsabilização administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Municipal, esclarecendo alguns dos seus pontos mais relevantes.

Em vigor desde 17 de dezembro de 2014, a Lei Anticorrupção, prevê punições severas a empresas que se envolvem em atos de corrupção contra a Administração Pública.

E o que é a corrupção: A corrupção é a utilização ou desvio, para fins privados, de recursos, cargos ou procedimentos públicos e implica, sempre, a subordinação do interesse público ao interesse particular.

Lembre-se: A corrupção é uma ameaça ao

desenvolvimento econômico de um país, pois desvia a riqueza produzida por todos para o benefício de alguns. Como consequência, a corrupção é, então, não só contrária ao funcionamento eficiente da economia de um país, mas também à democracia.



A partir da publicação desta lei, empresas que prestam serviços para a administração municipal serão alvo de maior fiscalização.

Agora, a pessoa jurídica envolvida em casos de corrupção praticados em seu benefício também será responsabilizada. Até então, as empresas podiam alegar que a infração havia sido motivada por uma atitude isolada de um funcionário ou servidor público, que geralmente era punido sozinho devido à dificuldade de comprovar a culpa da empresa.



A Lei 5.893/14 afeta não apenas grandes corporações, mas todas as pequenas e médias empresas, em especial, aquelas que têm ou pretendem ter relações comerciais com a administração municipal. Um dos aspectos mais importantes da nova legislação é a chamada responsabilidade objetiva, que possibilita a punição independentemente de dolo (vontade de realizar a conduta) ou culpa (por negligência, imprudência ou imperícia).

Ela atribui, exclusivamente, à Controladoria-Geral do Município (CGM) a competência para instaurar sindicâncias e conduzir os processos administrativos, para apurar a responsabilidade das pessoas jurídicas em atos ilícitos envolvendo o município. Além de propiciar maior segurança jurídica, a concentração da atribuição tem o objetivo de permitir a uniformização de entendimentos e facilitar a capacitação dos servidores envolvidos.

Os procedimentos poderão ser instaurados por iniciativa da própria CGM ou a partir de denúncias junto aos órgãos do município ou ao Ministério Público.

A comissão processante será formada por três servidores estáveis, designados pelo Controlador Geral do Município, e será responsável pelos processos administrativos.

A comissão terá 180 dias para concluir os processos e sugerir as sanções a serem aplicadas. Se necessário, o prazo poderá ser prorrogado.



As empresas poderão atenuar as penalidades por meio de acordos de leniência, também celebrados única e exclusivamente através da Controladoria. Caso colaborem, efetivamente, com as investigações e admitam a prática do delito, poderão obter uma redução de até 2/3 no valor da multa.

As sanções também poderão ser aplicadas caso o ato ilícito seja cometido por funcionários, despachantes, fornecedores ou qualquer outro intermediário. A empresa será punida mesmo sem a comprovação de que tinha conhecimento do que estava acontecendo. Ou seja, as empresas precisam se antecipar e preparar seus funcionários para atender à nova Lei.

Para as empresas infratoras, a Lei Anticorrupção prevê punição de multa que pode chegar a até 20% do faturamento bruto do ano anterior, além de serem obrigados a ressarcir, aos cofres públicos, os valores desviados. Caso não seja possível utilizar o faturamento como referência, poderão ser aplicadas multas até o valor de R\$ 60 milhões, conforme previsto no art. 6º da Lei Federal 12.846/13.



A lei canoense prevê, ainda, que a reincidência da pessoa jurídica poderá, considerando a gravidade do dano causado pela conduta ilícita, ser sancionada com a decretação de inidoneidade para contratar com a Administração Pública Municipal de Canoas pelo prazo de até dois anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da nova punição, ficando a reabilitação condicionada ao total ressarcimento à administração pelos danos causados.

No caso de desconsideração judicial da pessoa jurídica, os administradores e sócios com poderes de administração serão considerados devedores solidários no título da Dívida Ativa, sendo estendidos todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica, aos seus administradores e sócios com poderes de administração, observados o contraditório e a ampla defesa.

A Lei Municipal 5.893/2014, em consonância com a Lei Federal 12.846/14, prevê tratamento diferenciado entre empresas negligentes no combate à corrupção e as que se esforçam para evitar e coibir ilícitos. Empresas que possuem políticas internas de auditoria, aplicação de códigos de ética e conduta e incentivos a denúncias de irregularidades poderão ter as penas atenuadas.



Os relatórios finais dos processos serão encaminhados pela Controladoria-Geral do Município ao Ministério Público para a apuração de eventuais ilícitos, inclusive quanto à responsabilidade individual dos dirigentes da pessoa jurídica, dos seus administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe. Além disso, será criado um cadastro Municipal de Empresas Punidas, que reunirá e dará publicidade às sanções aplicadas com base na Lei federal nº 12.846, de 2013.

Não esqueça: O combate à corrupção é RESPONSABILIDADE DE TODOS.

O que diz a Lei

Responsabiliza e prevê punições para empresas envolvidas em atos de corrupção ativa e passiva.

Das sanções

A Lei prevê, além de processos e multas:

- ✓ Reparação total do dano causado pela empresa;
- ✓ Publicação da condenação da pessoa jurídica na imprensa;
- ✓ Decretação de inidoneidade para contratar com a Administração Pública Municipal;
- ✓ Responsabilização dos administradores e sócios;
- ✓ Suspensão e/ou interdição parcial das atividades;
- ✓ Encerramento das atividades.

Razões pelas quais a CORRUPÇÃO DEVE SER COMBATIDA:

- ✓ Todos os brasileiros têm direito a servidores públicos éticos e honestos no cumprimento de suas funções, e que atendam, igualmente, àqueles que os procuram sem privilegiar alguns em prejuízo de outros;
- ✓ O dinheiro empregado na corrupção faz falta nas escolas, hospitais, transporte e outros serviços públicos;
- ✓ Produtos e serviços ficam mais caros quando empresários pagam propina a servidores e a outros agentes públicos.
- ✓ A corrupção inibe os investimentos de empresários brasileiros em suas empresas e reduz a credibilidade do país com perda de investimento do capital estrangeiro;
- ✓ Rouba o poder legítimo do povo;
- ✓ A corrupção ofende o povo, os trabalhadores, e as empresas honestas.



PRESTE ATENÇÃO AOS SINAIS QUE PODEM IDENTIFICAR SITUAÇÕES DE CORRUPÇÃO:

Uma das preocupações mais comuns dos servidores, empresários e/ou prepostos, é, exatamente, identificar sinais de que uma negociação esteja caminhando para o lado da corrupção.

Para que tenhamos a certeza de que estamos agindo corretamente, listamos alguns caminhos que poderão nos ajudar a identificar e a nos prevenir contra possíveis atos de corrupção. Veja como buscar informações e agir:

1 Os Decálogos Éticos e os Códigos de Conduta Ética listam inúmeros sinais de alerta. Procure ler e interpretar. Isso vai ajudá-lo a ter maior entendimento sobre o posicionamento da Administração Municipal e qual deve ser o seu posicionamento.

2 Se mesmo assim ainda ficar com dúvidas, preste atenção a alguns pontos em que o sinal de alerta deve ser ligado:

- ✓ A pessoa com quem você está negociando mantém em sigilo a agenda de reuniões;
- ✓ Ela procura fazer contatos sem a presença de outras pessoas;
- ✓ Esta pessoa tem "fama" de envolvimento em suborno;
- ✓ A pessoa com quem você está negociando pede comissão em dinheiro;
- ✓ Alega ter familiares muito próximos no órgão com o qual a negociação está sendo feita;

- ✓ Ela fornece ou pede fatura com documentos duvidosos;
- ✓ A pessoa com quem você está negociando propõe montar um esquema financeiro fora do que manda a lei;
- ✓ Pede doação para facilitar a tramitação de um negócio e/ou pagamento;
- ✓ Solicita brindes ou presentes;

Em caso de DÚVIDA pense:

- a) Se você aceitar determinada proposta se sentirá orgulhoso?
- b) Você gostaria que seus filhos agissem da mesma forma?
- c) Você se sentiria bem caso sua conduta fosse tornada pública?
- d) Seu ato viola lei ou regulamento?
- e) Seu ato é razoável e prioriza o interesse público?



Se PARA ALGUMA DAS QUESTÕES PROPOSTAS a RESPOSTA FOR “não” a VANTAGEM OU SITUAÇÃO não DEVERÁ SER ACEITA, POIS PROVAVELMENTE SERÁ ILEGAL OU ANTIÉTICA.

A Administração Municipal possui inúmeros dispositivos legais que contribuem para que a corrupção fique afastada. Veja abaixo quais são:

- ❖ Decálogo Ético de Canoas – Decreto 586/2009;
- ❖ Código de Conduta Ética da Alta Administração Municipal – Decreto 385/2013;

❖ II Decálogo Ético de Canoas e Dá Outras Providências – Decreto 350/2014;

❖ Código de Conduta Ética dos Servidores Públicos Municipais da Administração Direta e Indireta – Decreto 351/2014.

❖ Lei Nº 5.893, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

O que são: regramentos nos quais a Administração Municipal expressa a forma como os servidores devem se portar e como devem conduzir os negócios realizados em nome da administração municipal, visando preservar e ampliar a confiança do público na integridade, objetividade e imparcialidade da gestão.

Como Acessar: no site da Prefeitura Municipal de Canoas, no link Legislação Municipal ou, diretamente, através do endereço online www.leismunicipais.com.br/prefeitura/rs/canoas.

Conheça quais são os OUTROS meios que a PREFEITURA DE Canoas possui PARA COMBATER a CORRUPÇÃO:

Canal de Denúncia

Um espaço voltado para o empresário, servidor, cidadão e cidadã denunciar situações de corrupção, através da **Central de Atendimento ao Cidadão**.

Rua Ipiranga, nº 120, Centro, Canoas/RS

Telefones: 51 3465-7459 / 3465-7457 / 0800- 5101234

E-mail: atendimentocidadão@canoas.rs.gov.br

Atendimento: segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.

MONITORAMENTO

Asistemática adotada pela Administração Municipal para se precaver de possíveis atos de corrupção.

TREINAMENTO

Reuniões com os servidores com o objetivo de conscientizar a todos sobre suas responsabilidades para garantir um ambiente de trabalho ético e livre da corrupção.

AUDITORIA

Auditoria realizada pela CGM nas secretarias. Através desse trabalho, é que se identifica a idoneidade e qualidade dos serviços realizados.

FISCALIZAÇÃO

Consiste em examinar uma determinada atividade, para comprovar se estão sendo cumpridas as normas em vigor, criando condições para que não ocorram irregularidades.



**PORTANTO, AGORA É HORA DE TODOS INVESTIREM
EM PREVENÇÃO, POIS MUITAS VEZES É NA SOLIDÃO
DA CONSCIÊNCIA DE CADA UM DE NÓS, QUE CERTO
E ERRADO SE ENFRENTAM.**

LEI Nº 5893, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

INSTITUI PRECEITOS NORMATIVOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CANOAS, DISPONDO SOBRE A RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DE PESSOAS JURÍDICAS PELA PRÁTICA DE ATOS CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Canoas. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei define regras específicas para os órgãos e entidades do Município de Canoas quanto à responsabilização administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos ilícitos contra a Administração Pública Municipal e disciplina o processo administrativo destinado à apuração de tal responsabilidade.

Parágrafo Único - Para efeitos desta Lei, em consonância com a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, constituem pessoas jurídicas passíveis de responsabilização as sociedades empresárias e as sociedades simples, personificadas ou não, independentemente da forma de organização ou modelo societário adotado, bem como quaisquer fundações, associações de entidades ou pessoas, ou sociedades estrangeiras, que tenham sede, filial ou representação no território brasileiro, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente.

Art. 2º A aplicação da presente Lei pelas autoridades públicas deve obedecer aos seguintes princípios:

I - promoção e fortalecimento de medidas para prevenção e combate eficaz à corrupção;

II - adequada gestão dos assuntos e dos bens públicos;

III - formulação e aplicação de políticas coordenadas contra a corrupção, que promovam a ampla participação da sociedade e reflitam os princípios do Estado de Direito, a integridade, a

transparência e a obrigação de prestar contas;
IV - o reconhecimento da responsabilidade do meio empresarial na promoção da ética nas relações entre o setor público e o setor privado.

Art. 3º Constituem atos lesivos à Administração Pública Municipal todos aqueles praticados pelas pessoas jurídicas referidas no parágrafo único do art. 1º desta Lei, que atentem contra o patrimônio público municipal e contra os princípios da administração pública, nos termos do art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013.

CAPÍTULO II

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO

Art. 4º A Controladoria Geral do Município é o órgão responsável pela instauração da sindicância e do processo administrativo destinado a apurar a responsabilidade administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública Municipal, nos termos desta Lei e da Lei Federal nº 12.846, de 2013.

§ 1º A Controladoria Geral do Município, diante de notícia de suposta irregularidade e sendo insuficientes os elementos para instaurar o processo administrativo de responsabilização, poderá determinar a instauração de sindicância, com caráter de investigação preliminar, sigilosa e não punitiva, a fim de obter maiores informações acerca da notícia do alegado ilícito e dos indícios de sua autoria.

§ 2º Os procedimentos previstos no caput deste artigo poderão ter início de ofício ou a partir de representação ou denúncia, formuladas por escrito, devidamente fundamentadas, contendo a narrativa dos fatos, a indicação da pessoa jurídica envolvida e os indícios concernentes à irregularidade ou ilegalidade imputada.

§ 3º A representação ou a denúncia que não observar os requisitos e formalidades referidos no § 2º deste artigo será arquivada de plano, salvo se as circunstâncias recomendarem a apuração de ofício.

§ 4º Os agentes públicos têm o dever de comunicar à Controladoria

Geral do Município, por escrito, a prática de qualquer ato ilícito previsto na Lei Federal nº 12.846, de 2013.

§ 5º Todos os órgãos e entidades municipais deverão, ao terem conhecimento de potencial infração tipificada na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ou na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que possa se inserir também no campo de abrangência da Lei Federal nº 12.846, de 2013, dar ciência do fato à Controladoria Geral do Município, preliminarmente à instauração do pertinente procedimento para sua apuração.

§ 6º A instauração do processo administrativo para apuração de responsabilidade administrativa dar-se-á mediante portaria a ser publicada no Diário Oficial do Município de Canoas (DOMC), informando o nome e o cargo da autoridade instauradora, os nomes e os cargos dos integrantes da comissão processante, o nome empresarial, a firma, a razão social ou a denominação da pessoa jurídica, conforme o caso, o número de inscrição da pessoa jurídica ou entidade no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) e a informação de que o processo visa à apuração de supostos ilícitos previstos na Lei nº 12.846, de 2013.

Art. 5º O processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica será conduzido por comissão processante composta por 3 (três) ou mais servidores estáveis, designados pelo Controlador Geral do Município, conforme a necessidade do caso.

Art. 6º Os chefes dos Poderes Executivo e Legislativo, no âmbito de suas respectivas atribuições administrativas e constitucionais, ou a autoridade instauradora poderão, cautelarmente, a pedido da comissão processante, suspender os efeitos do ato ou processo relacionado ao objeto da investigação quando houver indícios de fraude ou graves irregularidades que recomendem a medida, bem como diante de risco de dano irreparável ou de difícil reparação ou, ainda, motivo grave que coloque em risco o interesse público.

§ 1º No prazo de 5 (cinco) dias da decisão cautelar de que trata o caput

deste artigo caberá pedido de reconsideração a ser encaminhado para apreciação da própria autoridade que suspendeu o ato ou processo.

§ 2º Havendo justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da decisão cautelar, a autoridade poderá, de ofício ou a pedido, dar efeito suspensivo ao pedido de reconsideração.

Art. 7º A comissão processante deverá concluir o processo no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da publicação do ato que a instituir e, ao final, apresentar relatórios sobre os fatos apurados e eventual responsabilidade da pessoa jurídica, sugerindo, de forma motivada, as sanções a serem aplicadas.

Parágrafo Único - O prazo previsto no caput deste artigo poderá ser prorrogado, mediante ato fundamentado da autoridade instauradora.

Art. 8º No processo administrativo para apuração de responsabilidade será concedido à pessoa jurídica prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação, para apresentação de defesa escrita e especificação das provas que eventualmente pretenda produzir.

§ 1º Na notificação constará:

I - a informação da instauração do processo administrativo de responsabilização de que trata esta Lei em consonância com a Lei Federal nº 12.846, de 2013, com seu respectivo número;

II - o nome e o cargo da autoridade instauradora, bem como dos membros que integram a comissão processante;

III - o local e horário em que poderá ser obtida a vista e a cópia do processo;

IV - o local e o prazo de 30 (trinta) dias para a apresentação da defesa escrita sobre os fatos descritos no processo, bem como para a especificação das provas que se pretenda produzir;

V - informação da continuidade do processo administrativo de responsabilização independentemente da apresentação da defesa e/ou comparecimento nas audiências junto à Comissão processante;

VI - a descrição sucinta da infração imputada.

§ 2º A notificação será efetuada por correio, mediante aviso de recebimento.

§ 3º Quando a parte estiver domiciliada em local incerto e não sabido ou de difícil acesso, ou, ainda, sendo infrutífera a notificação por via postal, será o ato realizado mediante publicação no Diário Oficial do Município de Canoas (DOMC) e/ou em jornal de grande circulação, no domicílio da pessoa jurídica, e o prazo previsto no caput deste artigo terá início na data da publicação efetivada.

§ 4º A pessoa jurídica poderá ser notificada no domicílio de seu representante legal.

§ 5º As sociedades sem personalidade jurídica e a empresa individual de responsabilidade limitada poderão ser notificadas no domicílio da pessoa a quem couber a administração de seus bens, ou, restando inexitosa, na forma do § 3º deste artigo.

§ 6º Não apresentada a defesa no prazo hábil, serão reputados como verdadeiros todos os fatos apontados no processo administrativo em face de estar caracterizada a revelia, que deverá ser decretada em decisão motivada e fundamentada.

Art. 9º Na hipótese de a pessoa jurídica requerer a produção de provas, a comissão processante apreciará a sua pertinência em despacho motivado e fixará prazo razoável, conforme a complexidade da causa e demais características do caso concreto, para a produção das provas deferidas.

§ 1º Sendo o requerimento de produção de provas indeferido pela comissão processante, por julgá-las impertinentes, protelatórias ou desnecessárias, a pessoa jurídica poderá apresentar pedido de reconsideração no prazo de 5 (cinco) dias.

§ 2º A pessoa jurídica poderá requerer todas as provas admitidas em direito e pertinentes à espécie, sendo-lhe facultado constituir advogado para acompanhar o processo e defendê-la.

Art. 10 Tendo sido requerida a produção de prova testemunhal, incumbirá à pessoa jurídica juntar o rol das testemunhas no prazo de defesa e apresentá-las em audiência, independentemente de intimação e sob pena de preclusão.

§ 1º Primeiramente, serão ouvidas as testemunhas arroladas pela comissão processante, e, após, as da pessoa jurídica.

§ 2º Verificando que a presença do representante da pessoa jurídica poderá influir no ânimo da testemunha, de modo a prejudicar a verdade do depoimento, o presidente da comissão processante providenciará a sua retirada do recinto, prosseguindo na inquirição com a presença de seu defensor, fazendo o registro do ocorrido no termo de audiência.

§ 3º O presidente da comissão efetuará os questionamentos às testemunhas arroladas por esta e pela pessoa jurídica, podendo os seus membros e o representante da pessoa jurídica formularem quesitos às testemunhas ou solicitar que sejam repetidas eventuais perguntas que não tenham sido devidamente esclarecidas.

§ 4º O presidente da comissão processante poderá indeferir os quesitos que considerar impertinentes, mediante justificativa expressa, transcrevendo-as no termo de audiência, se assim for requerido.

§ 5º Se a testemunha ou a pessoa jurídica se recusar a assinar o termo de audiência, o presidente da comissão processante fará o registro do fato no mesmo termo, na presença de duas testemunhas convocadas para tal fim, as quais também o assinarão.

Art. 11 O presidente da comissão processante, quando considerar necessária e conveniente à formação da convicção acerca da verdade dos fatos, poderá determinar, de ofício, ou mediante requerimento:

I - a oitiva de testemunhas referidas;

II - a acareação de duas ou mais testemunhas, ou de quaisquer delas

com representante da pessoa jurídica, ou entre representantes das pessoas jurídicas, quando houver divergência essencial entre as declarações.

III - a produção de outros meios de prova em direito admitidos, que sirvam para a formação de seu convencimento.

Art. 12 Decorrido o prazo para a produção de provas pela pessoa jurídica, a comissão processante dará continuidade aos trabalhos de instrução, promovendo as diligências cabíveis, solicitando, quando necessário, informações a outros órgãos e entidades, bem assim, havendo juntada de novos documentos ao processo administrativo, intimará a pessoa jurídica para manifestar-se em 5 (cinco) dias.

§ 1º A Controladoria Geral do Município, a pedido da comissão processante referida no caput deste artigo, poderá requerer à Procuradoria Geral do Município as medidas judiciais necessárias para a investigação e o processamento das infrações, inclusive de busca e apreensão.

§ 2º O prazo para o término da instrução será razoável, conforme a complexidade da causa e demais características do caso concreto.

§ 3º Encerrada a instrução do processo de responsabilização administrativa, será aberto prazo de 10 (dez) dias para a apresentação de alegações finais.

Art. 13 O relatório da comissão processante não vincula a decisão final da autoridade julgadora e deverá descrever os fatos apurados durante a instrução probatória, conter a apreciação dos argumentos apresentados pela defesa, o detalhamento das provas ou sua insuficiência, a fundamentação jurídica, ser conclusivo quanto à responsabilização ou não da pessoa jurídica, bem como, quando for o caso, sobre a desconsideração de sua personalidade.

§ 1º No caso de a pessoa jurídica ter celebrado acordo de leniência, o relatório deverá informar se ele foi cumprido, indicando quais as

contribuições para a investigação, e sugerir o percentual de redução da pena.

§ 2º Verificada a prática de irregularidades por parte de agente público municipal, deverá essa circunstância constar do relatório final, com posterior comunicação à Controladoria Geral do Município, a fim de subsidiar possível processo administrativo disciplinar, regido na forma da legislação municipal própria.

§ 3º Concluindo a comissão processante pela responsabilização da pessoa jurídica, o relatório deverá sugerir as sanções a serem aplicadas e o seu quantum conforme previsto no art. 6º da Lei Federal nº 12.846, de 2013.

Art. 14 O relatório final da comissão processante será encaminhado à Procuradoria Geral do Município para que seja promovida, no prazo de 10 (dez) dias, a manifestação jurídica a que se refere o § 2º do art. 6º da Lei Federal nº 12.846, de 2013.

Art. 15 Após o recebimento do parecer da Procuradoria Geral do Município, o processo administrativo com o relatório da comissão processante será remetido, para julgamento, ao Controlador Geral do Município.

Art. 16 A decisão do Controlador Geral do Município, devidamente motivada com a indicação dos fatos e fundamentos jurídicos, será proferida no prazo de 15 (quinze) dias do recebimento do processo administrativo, prorrogável por igual período, conforme a complexidade da causa e as demais características do caso concreto.

Parágrafo Único - Para efeitos do disposto no § 5º do art. 6º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, a autoridade instauradora elaborará extrato da decisão condenatória, contendo, entre outros elementos, a razão social da pessoa jurídica, o número de inscrição no CNPJ, o(s) nome(s) fantasia por ela utilizado(s), o resumo dos atos ilícitos, explicitando tratar-se de condenação pela prática de atos contra a Administração Pública Municipal, nos termos da legislação própria e com a transcrição dos dispositivos legais que lhe deram causa para o

ato.

Art. 17 Caberá a interposição de recurso ao Prefeito Municipal, no prazo de 15 (quinze) dias após a publicação da decisão administrativa de que trata o caput do art. 16 desta Lei no DOMC.

§ 1º O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar, o encaminhará, em 10 (dez) dias, ao Prefeito Municipal para julgamento.

§ 2º O recurso terá efeito suspensivo e será juntado ao processo em que foi proferida a decisão recorrida.

§ 3º Encerrado o processo na esfera administrativa, a decisão final será publicada no DOMC, dando-se conhecimento de seu teor ao Ministério Público para a apuração de eventuais ilícitos, inclusive quanto à responsabilidade individual dos dirigentes da pessoa jurídica ou seus administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe.

CAPÍTULO III DA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES

Art. 18 Na aplicação das sanções, previstas no art. 6º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão levados em consideração os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Art. 19 A dosimetria da pena seguirá os parâmetros do art. 7º da Lei Federal nº 12.846, de 2013.

Parágrafo Único - A reincidência da pessoa jurídica punida pelos atos ilícitos previstos no art. 18 poderá, considerando a gravidade do dano causado pela conduta ilícita, ser sancionada com a decretação de inidoneidade para contratar com a Administração Pública municipal de Canoas pelo prazo de até dois anos e enquanto perdurarem os motivos determinantes da nova punição, ficando a reabilitação condicionada a que seja integralmente ressarcida a administração pelos danos causados.

Art. 20 Na avaliação dos programas de conformidade e integridade da pessoa jurídica, referidos no inciso VIII do art. 7º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, será valorizada a existência de política anticorrupção no âmbito da empresa e a adoção de medidas de transparência na relação com o setor público, bem como a de mecanismos e procedimentos efetivos de monitoramento dos sistemas de controle interno pelo poder público, a edição e a efetividade de códigos ética e de conduta para funcionários, colaboradores e demais parceiros comerciais da empresa, a existência, assegurada a confidencialidade, de sistemas de recebimento e apuração de denúncias e a realização periódica de treinamentos com o intuito de promover a política interna de integridade.

Art. 21 O prazo para pagamento da multa será de 30 (trinta) dias a contar da intimação e o inadimplemento acarretará a sua inscrição na Dívida Ativa do Município.

§ 1º O valor da multa não será inferior à vantagem auferida, quando for possível a sua apuração efetiva ou estimada, e suficiente para desestimular futuras infrações.

§ 2º No caso de desconsideração judicial da pessoa jurídica, os administradores e sócios com poderes de administração serão considerados devedores solidários no título da Dívida Ativa.

§ 3º A comissão processante decidirá fundamentadamente sobre a impossibilidade da utilização do faturamento bruto da empresa a que se refere o § 4º do art. 6º da Lei Federal nº 12.846, de 2013.

Art. 22 O extrato da decisão condenatória previsto no parágrafo único do art. 16 desta lei será publicado às expensas da pessoa jurídica, concomitantemente, nos seguintes meios de divulgação identificados pela autoridade que aplicar a sanção:

I - no sítio eletrônico da pessoa jurídica, caso exista, devendo ser acessível por ligação ("link") na página inicial que conduza

diretamente à publicação do extrato, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias;

II - em jornal de grande circulação no Município de Canoas e na capital do Estado do Rio Grande do Sul;

III - em edital a ser afixado, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias, no próprio estabelecimento ou no local de exercício da atividade da pessoa jurídica, de modo visível ao público.

Parágrafo Único - O extrato da decisão condenatória também será publicado no sítio eletrônico oficial da Administração Pública Municipal.

CAPÍTULO IV DO ACORDO DE LENIÊNCIA

Art. 23 Cabe à Controladoria Geral do Município a celebração de acordo de leniência, nos termos do Capítulo V da Lei Federal nº 12.846, de 2013.

Art. 24 A proposta do acordo de leniência será sigilosa, conforme previsto no § 6º do art. 16 da Lei Federal nº 12.846, de 2013, e autuada em autos apartados.

Art. 25 Não importará em confissão quanto à matéria de fato, nem reconhecimento de ilicitude da conduta analisada, a proposta de acordo de leniência apresentada ou não pela pessoa jurídica e rejeitada na fase de negociação, da qual não se fará qualquer divulgação, nos termos do § 6º do art. 16 da Lei Federal nº 12.846, de 2013.

Art. 26 A apresentação da proposta de acordo de leniência deverá conter a qualificação completa da pessoa jurídica e de seus representantes, devidamente documentada, e incluirá ainda, no mínimo, a previsão de identificação dos demais envolvidos no suposto ilícito, quando couber, o resumo da prática supostamente ilícita e a descrição das provas e documentos a serem apresentados na

hipótese de sua celebração.

Parágrafo Único - Em todas as reuniões de negociação do acordo de leniência, haverá registro dos temas tratados, em duas vias, assinado pelos presentes, o qual será mantido em sigilo, devendo uma das vias ser entregue ao representante da pessoa jurídica.

Art. 27 A fase de negociação do acordo de leniência, que será confidencial, pode durar até 60 (sessenta) dias, prorrogáveis, contados da apresentação da proposta.

Art. 28 A pessoa jurídica será representada na negociação e na celebração do acordo de leniência pelas pessoas naturais designadas em conformidade com seu contrato social ou instrumento equivalente.

Art. 29 No acordo de leniência constará obrigatoriamente:

I - a identificação completa da pessoa jurídica e de seus representantes legais, acompanhada da documentação pertinente;

II - a descrição da prática denunciada, incluindo a identificação dos participantes que a pessoa jurídica tenha conhecimento e relato de suas respectivas participações no suposto ilícito, com a individualização das condutas;

III - a confissão da participação da pessoa jurídica no suposto ilícito, com a individualização de sua conduta;

IV - a declaração da pessoa jurídica no sentido de ter cessado completamente o seu envolvimento no suposto ilícito, antes ou a partir da data da propositura do acordo;

V - a lista com os documentos fornecidos ou que a pessoa jurídica se obriga a fornecer com o intuito de demonstrar a existência da prática denunciada, com o prazo para a sua disponibilização;

VI - a obrigação da pessoa jurídica em cooperar plena e

permanentemente com as investigações e com o processo administrativo, comparecendo, sob suas expensas, sempre que solicitada, a todos os atos processuais, até seu encerramento;

VII - a declaração da Controladoria Geral do Município de que a pessoa jurídica foi a primeira a se manifestar sobre seu interesse em cooperar com a apuração do ato ilícito;

VIII - a declaração da Controladoria Geral do Município de que a celebração e cumprimento do acordo de leniência, nos termos do § 2º do art. 16 da Lei Federal nº 12.846, de 2013, isentará a pessoa jurídica das sanções previstas no inciso II do art. 6º e no inciso IV do art. 19 do mesmo diploma legal, e reduzirá, em até 2/3 (dois terços), o valor da multa aplicável;

IX - a previsão de que o não cumprimento, pela pessoa jurídica, das obrigações previstas no acordo de leniência resultará na perda dos benefícios previstos no § 2º do art. 16 da Lei Federal nº 12.846, de 2013.

§ 1º A proposta de acordo de leniência somente se tornará pública após a efetivação do respectivo acordo, salvo no interesse das investigações e do processo administrativo.

§ 2º Quando a proposta de acordo de leniência for apresentada após a ciência da instauração dos procedimentos pela pessoa jurídica, a redução do valor da multa aplicável será, no máximo, de até 1/3 (um terço).

§ 3º A proposta de acordo de leniência não poderá ser apresentada após o encaminhamento do relatório da comissão processante à autoridade instauradora para julgamento.

Art. 30 A Controladoria Geral do Município, quando a pessoa jurídica que tenha celebrado acordo de leniência omitir ou destruir provas ou fornecer provas falsas, bem como de qualquer modo comportar-se de maneira contrária à boa-fé e inconsistente com o compromisso legal

de cooperação plena e permanente, fará constar o ocorrido nos autos do processo e cuidará para que ela não desfrute dos benefícios previstos nesta Lei e na Lei Federal nº 12.846, de 2013.

Art. 31 Na hipótese do acordo de leniência não ser firmado, eventuais documentos entregues serão devolvidos para a proponente, sendo vedado seu uso para fins de responsabilização, salvo quando deles já se tinha conhecimento antes da proposta de acordo de leniência ou pudesse obtê-los por meios ordinários.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 32 A Controladoria Geral do Município poderá solicitar à Procuradoria Geral do Município ou ao Ministério Público que adotem as medidas para garantir a responsabilidade judicial, nos termos do art. 19 da Lei Federal nº 12.846, de 2013.

Art. 33 Será instituído o Cadastro Municipal de Empresas Punidas, que reunirá e dará publicidade às sanções aplicadas com base na Lei Federal nº 12.846, de 2013, o que necessariamente será veiculado no sítio eletrônico oficial da Administração Pública municipal.

Art. 34 Competirá ao Controlador Geral do Município expedir orientações, normas e procedimentos complementares relativos às matérias tratadas nesta Lei.

Art. 35 Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE CANOAS, em quinze de dezembro de dois mil e quatorze (15.12.2014).

Jairo Jorge da Silva
Prefeito Municipal

Lucia Elisabeth Colombo Silveira
Vice-Prefeita Municipal

Paulo Peretti Torelly
Procurador Geral do Município

Marcos Antonio Bosio
Secretário Municipal da Fazenda

Jorge Branco
Secretário Municipal das Relações Institucionais

Fábio Ramos Cannas
Secretário Municipal de Planejamento e Gestão



PREFEITURA DE
CANOAS
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO